

## Apresentação

**Francieli Matzembacher Pinton**

Universidade Federal de Santa Maria

**Rodrigo Acosta Pereira**

Universidade Federal de Santa Catarina

Diversas foram as discussões entre final dos anos de 1970 e durante a década de 1980, no Brasil, em torno das críticas ao ensino da língua portuguesa na escola de Educação Básica no país. Em grande parte, tais críticas se consociavam ao trabalho exacerbado, prescritivo e normativo da gramática tradicional como proposta exclusiva de estudo da língua na esfera escolar. Enraizado numa abordagem tradicional de ensino e orientado por teorias e metodologias formais e imanentes da linguagem, o trabalho com a gramática tradicional caracterizava (e ainda caracteriza) uma perspectiva de ensino que desvincula a linguagem da sua constituição e funcionamento social.

A publicação de *O texto na sala de aula*, de João Wanderley Geraldi (1984) e o artigo *Criatividade e Gramática*, de Carlos Franchi (1987) demarcam, em um Brasil pós-ditadura, um movimento de mudança que advogava a favor de um trabalho com a linguagem, na escola, que contemplasse os usos sociais da língua. Em especial, na obra de Geraldi (1984), há a proposta de trabalho com as unidades básicas de ensino - leitura, produção de textos e análise linguística - sendo esta última, a força que impulsionava um novo olhar para o trabalho com os conhecimentos linguísticos: não mais voltados exclusivamente à gramática tradicional, mas à reflexão dos usos da língua. A análise linguística (AL) nasce na obra de Geraldi (1984).

Nos anos de 1990, a publicação de *Portos de Passagens*, de João Wanderley Geraldi (1991) responde a anseios teórico-metodológicos que estavam ainda implícitos em sua obra de 1984. Se na obra de 1984 o tom se matizava pelas orientações didático-pedagógicas, em sua obra de 1991 a proposta se orientava pelos preceitos teóricos e metodológicos. Nessa obra, a proposta é revisar aspectos que se voltam à concepção de linguagem, a historicidade do sujeito, à ampliação do termo AL, integração entre leitura, produção de textos e análise linguística, um diálogo entre abordagens enunciativo-discursivas, a retomada implícita de matizes dialógicos da linguagem, a abertura da AL para a leitura e produção de textos, ampliando a proposta da obra de 1984. Ademais, incluem-se nas discussões sobre AL a relação entre atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, que Geraldi (1991) recupera de Franchi (1987).

De forma geral, as obras de Geraldi (1984; 1991) marcam o início da cunhagem da proposta de AL para o trabalho com os recursos da língua (lexicais, gramaticais, textuais) sob uma nova

abordagem, a reflexão dos usos sociais da língua. Com isso, diferentemente do trabalho com a gramática tradicional, a AL contempla a dimensão social da constituição e do funcionamento da língua, compreendendo que os recursos linguísticos mobilizados nas práticas de uso da língua respondem às demandas da interação social. Essa compreensão demanda uma nova postura teórico-metodológica e didático-pedagógica.

Para uma nova postura, a concepção de linguagem não mais poderia ser engendrada à visão de língua como sistema, forma ou estrutura (visão objetivista), nem uma visão de língua voltada exclusivamente ao construto mental, psíquico e individual (subjativista), mas, dada a orientação da PAL para o trabalho com a reflexão dos usos sociais da linguagem, a visão de língua deveria se sustentar na interação. Para essa abordagem interacionista de linguagem, diferentes campos teórico-metodológicos ascendem como caminho de orientação para o trabalho com a AL nas aulas de Língua Portuguesa: estudos do discurso, estudos da enunciação, estudos do texto, por exemplo, passam a balizar o trabalho com a AL. Embora como força de mudança, a AL passa por um certo 'silenciamento' entre 1984 e metade dos anos de 1990, voltando à cena com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especialmente, em 1998 voltado ao Ensino Fundamental II.

Como prática de análise linguística (PAL), os PCN (BRASIL, 1998, p. 78) assim orientam: Durante os últimos anos, a crítica ao ensino de Língua Portuguesa centrado em tópicos de gramática escolar e as alternativas teóricas apresentadas pelos estudos lingüísticos, principalmente no que se refere à consciência dos fenômenos enunciativos e à análise tipológica dos textos, permitiram uma visão muito mais funcional da língua, o que provocou alterações nas práticas escolares, representando, em alguns casos, o abandono do tratamento dos aspectos gramaticais e da reflexão sistemática sobre os aspectos discursivos do funcionamento da linguagem. Para ampliar a competência discursiva dos alunos, no entanto, a criação de contextos efetivos de uso da linguagem é condição necessária, porém não suficiente, sobretudo no que se refere ao domínio pleno da modalidade escrita. Além da escuta, leitura e produção de textos, parece ser necessária a realização tanto de atividades epilingüísticas, que envolvam manifestações de um trabalho sobre a língua e suas propriedades, como de atividades metalingüísticas, que envolvam o trabalho de observação, descrição e categorização, por meio do qual se constroem explicações para os fenômenos lingüísticos característicos das práticas discursivas. Por outro lado, não se podem desprezar as possibilidades que a reflexão lingüística apresenta para o desenvolvimento dos processos mentais do sujeito, por meio da capacidade de formular explicações para explicitar as regularidades dos dados que se observam a partir do conhecimento gramatical implícito. Entretanto, prática de análise linguística não é uma nova denominação para ensino de gramática.

Há uma explicação que, dentre outros aspectos, coloca a PAL como uma prática de linguagem que se volta à reflexão sobre a língua e que se integra a outras práticas – leitura, oralidade e produção de textos. Além disso, ratifica a orientação da PAL como potencializadora para a relação entre atividades linguísticas, epilingüísticas e metalingüísticas, orientação explicitamente convergente com a proposta de Geraldi (1991). Ao final, esclarece que a PAL não é uma nova terminologia para a gramática e que precisa ser entendida como uma outra forma de trabalho.

Sobre essa questão, cabe uma explicação nossa: a PAL não é sinônimo de gramática. Contudo a PAL não exclui a gramática, mas a inclui sob uma forma crítica de compreensão reflexiva sobre categorias, conceitos e descrições metalingüísticas que devem ser respostas às atividades epilingüísticas precedentes a aquelas. Em outras palavras, a PAL contempla o estudo da gramática, porém como forma de relacionar a metalingüagem como processo resultante da análise epilingüística. O

PCN (BRASIL, 1998) vai delineando essas questões quando apresenta quadros orientadores sobre essa relação entre atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas (BRASIL, 1998, p. 79-86).

Se começamos nossa discussão no final da década de 1970 e início de 1980, finalizamos no século XXI, especificamente, após um ‘salto’, em 2018 com a publicação final da base Nacional Comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2018). Nesse ‘salto temporal’, não esquecemos da diversidade de produções e pesquisas voltadas à PAL no Brasil, basta verificarmos nos bancos de dados brasileiros. Há inúmeros artigos, dissertações e teses que se voltam à PAL e suas reverberações. Ademais, cabe ressaltar que, com a publicação da BNCC (BRASIL, 2018), a PAL passa a ser PAL/S – prática de análise linguística/semiótica, contemplando as diversas e plurais manifestações semióticas da linguagem. Para esse documento, a PAL/S assim se caracteriza:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típica (forma de composição) do gênero em questão. No caso de textos orais, essa análise envolverá também os elementos próprios da fala – como ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização etc. –, assim como os elementos paralinguísticos e cinésicos – postura, expressão facial, gestualidade etc. No que tange ao estilo, serão levadas em conta as escolhas de léxico e de variedade linguística ou estilização e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, de acordo com a situação de produção, a forma e o estilo de gênero. (BRASIL, 2018, p. 80)

A BNCC (BRASIL, 2018) contempla aspectos linguísticos e paralinguísticos, além de reiterar o trabalho com as diversas manifestações semióticas da linguagem. Os gêneros do discurso são catalisadores na PAL/S e, por conseguinte, não apenas orientam o trabalho como se integram como articuladores das práticas de linguagem. Com base nessas considerações e na busca de apresentar, mesmo que de forma sucinta, discussões introdutórias sobre a PAL/S (e suas diferentes nomeações ao longo da história – AL, PAL e PAL/S), neste momento, ao final, ressaltamos que a PAL/S nasce em 1984, mas tem respondido a diversas ressignificações. O conceito se amplia, se reacentua e se transforma. Pesquisadores contemporâneos têm apresentado diferentes estudos sobre a PAL/S no Brasil. Assim, em pleno 2022, a PAL/S está bem diferente do que se apresentava em 1984, sem perder suas raízes, mas contemplando as mudanças que as práticas sociais de uso da linguagem exigem (ACOSTA PEREIRA; COSTA-HUBES, 2021; ACOSTA PEREIRA, 2022).

Nesse sentido, este dossiê apresenta um recorte dessas pesquisas contemporâneas. No primeiro artigo, “A prática de análise linguística e a produção de atividades didáticas: o que (ainda) precisamos construir em contexto de formação inicial de professores de língua portuguesa”, Barreto e Pinton verificam em que medida a prática de análise linguística é contemplada em atividades didáticas produzidas por professores em formação inicial em inicial, considerando a natureza das atividades e seus respectivos níveis de complexidade requeridos e estratos de linguagem mobilizados. No segundo artigo, “Ressignificando análise linguística pela ótica dos estudos bakhtinianos”, Favero Fenilli intenta ressignificar a prática de análise linguística “de base geraldiana”, tomando

por base a teoria do Círculo de Bakhtin e demais estudos de base dialógica. O objetivo central do artigo é tecer reflexões teórico-metodológicas sobre essa prática de linguagem dialógica com vistas a subsidiar ações e/ou encaminhamentos no contexto escolar.

No terceiro artigo, “Prática de análise linguística/semiótica nas aulas de língua portuguesa: o que ainda precisamos discutir?”, os autores Costa Hübner e Acosta Pereira apresentam um debate, teórico-metodologicamente amparado, sobre o que é (ou que deveria ser) a prática de análise linguística/semiótica no contexto da aula de Língua Portuguesa na Educação Básica. Para tanto, os autores realizam uma revisão bibliográfica e documental com o objetivo de “responder, com base nos estudos dialógicos, a diferentes(re)apropriações e contradições em torno do trabalho com a PAL/S em sala de aula”. No artigo subsequente, os autores Polato e Menegassi, ancorados na perspectiva dialógica e sociológica, defendem que “as consciências socioideológica e linguística dos sujeitos em situação de ensino e aprendizagem da língua são expandidas a partir de prática de análise linguística de perspectiva dialógica”, ou seja, com atividades epilinguísticas valorativas.

O quinto artigo apresenta uma proposta de ensino pautado na abordagem da gramática contextualizada e da análise linguística. Nesse sentido, Gonçalves, com na teoria sociointeracionista, busca entender e explicar um fenômeno específico, desenvolvendo atividades que se enquadrem nessa perspectiva. No artigo “Análise linguística nos documentos curriculares do ensino fundamental da região norte”, as autoras Bitzcof e Fuza discutem como documentos curriculares da Região Norte do Brasil, após a publicação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, abordam a análise linguística. Os resultados evidenciam que a prática de análise linguística fundamenta os textos introdutórios ainda que a reorganização curricular expressa perspectivas de Ensino Gramatical de Prática de Análise linguística prioritariamente.

No sétimo artigo, “Análise linguística e formação docente: Gramática e ensino no programa de residência pedagógica de língua portuguesa”, Botelho e Leite investigam práticas docentes com foco na análise linguísticas experienciadas por professores em formação inicial participantes do programa Residência pedagógica. Os achados da pesquisa sinalizam a importância de investir em formação com vistas à apropriação teórico-metodológica dessa prática de linguagem. Em “Análise linguística: ensino de variação lexical no livro didático de português do ensino médio”, Silva investiga atividades didáticas que focalizam a variação lexical em livros didáticos a fim de verificar a perspectiva de análise linguística subjacente.

O nono artigo “Prática de análise linguística e atuação social: o trabalho com operadores argumentativos em uma perspectiva de formação cidadã” defende o ensino de operadores argumentativos na perspectiva da prática de análise linguística. Para isso, as autoras Andrade e Sigiliano apresentam os resultados de sua pesquisa-ação realizada em escola pública em termos da apropriação do gênero carta aberta e da consciência cidadã bem como a ampliação de repertório dos operadores. Em “A análise linguística no processo de ensino-aprendizagem da crase no ensino médio”, Silveira busca refletir sobre o uso do acento indicativo de crase em uma perspectiva de análise linguística. Por fim, em “A prática de análise linguística na alfabetização por meio do projeto *Ananse* durante a pandemia da covid 19”, Giovani analisa em que medida o projeto de leitura *Ananse* contribui para a prática de análise linguística. Os resultados evidenciam essa prática

de linguagem possibilita a construção de alternativas produtivas aos processos de alfabetização.

Assim, neste dossiê estão reunidas investigações que discutem questões relativas à análise linguística em perspectivas diversas, focalizando desde aspectos referentes aos saberes dos professores em formação inicial sobre a análise linguística até a sua recontextualização em materiais didáticos e documentos oficiais. Desejamos, por fim, que esta publicação desperte discussões e novos olhares para a prática de análise linguística em contexto escolar.

## Referências

ACOSTA PEREIRA, R.; COSTA-HUBES, T. C. **Prática de análise linguística nas aulas de Língua Portuguesa**. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/pratica-de-analise-linguistica-nas-aulas-de-lingua-portuguesa/#respond>

ACOSTA PEREIRA, R. **A prática de análise linguística/semiótica de base dialógica: reflexões para leitores iniciantes**. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/a-pratica-de-analise-linguistica-semiotica-de-base-dialogica-reflexoes-para-leitores-iniciantes/>

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. V. 9, p. 5-45, 1987. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/view/3748>.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula: leitura e produção**. 1. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCN). Brasília: MEC; SEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC; SEB, 2018.